

TÍTULO DO TRABALHO			
UMA DISCUSSÃO ACERCA DA METODOLOGIA DOS MANUAIS DE ECONOMIA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Marina Paes Maurício Muniz Derik Melchior	Universidade Federal Fluminense	UFF	Aluna Grad.
	Universidade Federal Fluminense	UFF	Aluno Grad.
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O presente trabalho, através da perspectiva crítico-realista, busca explicitar a concepção de ciência implícita nos manuais de economia, analisando o modo como a ontologia foi tratada pelos positivistas e relativistas. Assim será possível defender a hipótese auxiliar de que a ontologia é, na verdade, o objeto da ciência. Após examinar o histórico da filosofia da ciência no século XX, defende-se que a perspectiva metodológica do Milton Friedman não rompe com a lógica positivista, devido à sua busca por produzir um discurso axiologicamente neutro. Entende-se que o instrumentalismo metodológico consiste na metodologia dos manuais de economia e que este seria, na verdade, uma decorrência lógica do positivismo. Uma consequência prática devido à impossibilidade de um fazer científico neutro, sem valores, levando-o a se dar a serviço dos valores dessa sociedade, dos valores da ideologia dominante.</p> <p>Por fim procura-se defender a possibilidade de conhecimento objetivo e a importância de assumir a ontologia de forma crítica, entendendo que os manuais de economia negam-na, relativizando questões objetivas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Manuais de economia; instrumentalismo; realismo crítico			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p><b>Abstract</b></p> <p>The present work, through the critical-realist perspective, seeks to clarify the implicit concept of science in economics manuals, analyzing how the ontology was treated by positivist and relativist. So the auxiliary hypothesis that ontology is actually the object of science can be defended.</p> <p>After reviewing the history of philosophy of science in the twentieth century, it is argued that the methodological perspective of Milton Friedman does not break with the positivist logic, due to their quest for producing an axiologically neutral speech. It is understood that the methodological instrumentalism is the methodology of economics manuals and that this is, in fact, a logical consequence of positivism. One practical consequence of the impossibility of a neutral scientific work, without values, leading it to be at the service of the values of this society, the values of the dominant ideology.</p> <p>At last it seeks to defend the possibility of objective knowledge and the importance of taking the ontology critically, understanding that economics manuals deny it, relativizing objective questions.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Economics handbooks; instrumentalism; critical realism			
EIXO TEMÁTICO			
Ciência, Filosofia e ideologia: estranhamento ou emancipação			

# UMA DISCUSSÃO ACERCA DA METODOLOGIA DOS MANUAIS DE ECONOMIA

Marina Paes Maurício Muniz<sup>1</sup>  
Derik Melchior<sup>2</sup>

## Introdução

A ciência econômica acadêmica contemporânea não se encontra em um estado saudável. Já por muitos anos, problemas tem vindo à tona regularmente, criando dúvidas consideráveis sobre a capacidade de muitas de suas ramificações explicarem ou mesmo tratar de eventos do mundo real ou facilitar a avaliação de políticas. Tais problemas se apresentam especialmente no âmbito do projeto ortodoxo ou *mainstream*, centrado em econometria e na “teoria econômica” formal, (...). (Lawson, 1997, p. 02)

O presente trabalho é o início de um projeto no qual pretende-se explicitar a concepção de ciência implícita nos manuais de economia, defendendo que tal concepção é totalmente prático-operatória. Entendendo que por trás de toda prática, há uma teoria guiando-a (seja conscientemente ou não), observamos aqui que o método utilizado nos manuais de economia possui inspiração positivista, na medida em que se limita a conhecer o mundo através do empírico e pressupõe um padrão – regularidades – para os fenômenos do mundo. O caminho que percorreremos perpassará pelo projeto lógico-positivista e alguns de seus desdobramentos, como o relativismo epistemológico e o instrumentalismo friedmaniano.

Neste trabalho defende-se que o instrumentalismo metodológico do Milton Friedman não rompe com a lógica positivista, sendo ainda um desfecho previsível deste projeto, na medida em que, diante da impossibilidade de produzir um discurso axiologicamente neutro, o faz a serviço dos valores da ideologia dominante (Duayer, Medeiros, Painciera, 2001). Na economia ortodoxa não é diferente, tanto através da extrema matematização de questões sociais, quanto pela relativização de questões objetivas, negando que toda teoria pressupõe uma ontologia.

Existe hoje, ao que tudo indica, um consenso mínimo nessa área: todos os participantes do debate estão prontos a concordar que o conhecimento específico parte sempre de um conhecimento geral, está sempre ligado de maneira complexa, nem sempre consciente, a uma ontologia, a uma imagem de mundo enquanto um pano de fundo imprescindível. (Duayer, 2001)

Ou seja, todo fazer científico pressupõe uma concepção do que é ciência! O presente trabalho, através da perspectiva do realismo crítico, busca ainda defender essa concepção de ciência alternativa,

---

<sup>1</sup> Aluna do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes.

<sup>2</sup> Aluno do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense – Polo de Campos dos Goytacazes.

apontando a possibilidade do conhecimento objetivo. Para defender tal posição, percorreremos um caminho que, sistematicamente, foi dividido em três partes, ou seções.

Iniciaremos tratando do programa lógico-positivista do Círculo de Viena (subseção 1.1) abordando alguns dos desdobramentos referentes à lógica dessa concepção. Um desses desdobramentos é o falsificacionismo de Karl Popper (subseção 1.2), o qual já avança no sentido de aceitar a metafísica no discurso científico. Em seguida, trataremos das contribuições de três filósofos do relativismo epistemológico: Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul K. Feyerabend, respectivamente (subseção 1.3). São denominados assim por entenderem que o mundo e o nosso conhecimento sobre ele são a mesma coisa, desconsiderando qualquer possibilidade de conhecimento objetivo acerca da realidade. Apontaremos nessa seção também o caráter empiricista de todas essas correntes, na medida em que limitam a análise da ciência às sensações e experiências.

Tendo já tratado deste histórico na primeira seção, poderemos apontar, na seção 2, essas inspirações e tendências no instrumentalismo dos manuais de economia. O primeiro passo será entender a concepção e os pressupostos do instrumentalismo metodológico proposto por Milton Friedman, para depois apontarmos as contradições e inspirações desta metodologia diante de seu caráter empiricista e relativista (subseção 2.1). O segundo passo será apresentar as semelhanças desse instrumentalismo proposto por Milton Friedman com a metodologia atual dos manuais de economia, destacando, novamente, as influências e a problemática que se apresenta quanto às correntes abordadas inicialmente e, conseqüentemente, quanto à atual metodologia dos manuais de economia.

Em seguida, na seção 3, defenderemos uma concepção científica adequada não só para as ciências econômicas, mas para a metodologia científica como um todo. Uma ontologia realista – baseada em obras de Roy Bhaskar e Tony Lawson - a qual busca entender os fenômenos do mundo sem priorizar o conhecimento prático-instrumental. Uma ontologia que, por buscar entender o mundo por sua completude e complexidade, e por tentar entender, de fato, as relações e nexos causais presentes no mundo, pode produzir um conhecimento objetivo acerca deste. No entanto, como esse trabalho é o início de um projeto, não foi possível aprofundar nesse último tema, o que tornou a última seção uma introdução e apontamento para um desenvolvimento posterior de pesquisas quanto à ontologia do realismo transcendental e um método proveniente desta ontologia.

## **1. Breve história da filosofia da ciência no século XX**

É inevitável tratar de discussões sobre metodologia científica sem tratar – mesmo que brevemente - do histórico da filosofia da ciência no século XX, recordando períodos onde perspectivas como o positivismo lógico, o falsificacionismo de Popper e o relativismo epistemológico

ganharam espaço nos debates de filosofia da ciência. Tal necessidade provém das tendências e inspirações dessas concepções científicas até os dias atuais.

### *1.1 – O Programa do Círculo de Viena*

seja pela extensão (no tempo e no território das ciências) do domínio da tradição positivista, seja pelo simples fato de as correntes contemporâneas terem se construído como críticas aos seus dogmas centrais, o positivismo lógico continua presente nas discussões atuais. Em primeiro lugar, enquanto pano de fundo sobre o qual se tecem as distintas correntes na filosofia da ciência contemporânea é referência obrigatória, embora negativa, de suas construções teóricas. Além disso, apesar de teoricamente demolido pelas críticas, parece que sua longa hegemonia fez decantar uma espécie de consciência prática positivista difícil de erradicar. (Duayer; Medeiros; Paineira, 20001, p. 14)

Todo o projeto lógico-positivista girou em torno de uma questão fundamental: expurgar a metafísica do discurso científico. Acreditava-se que proposições científicas eram apenas aquelas que possuíam significado cognitivo<sup>3</sup>, dado que podemos conhecer apenas a experiência sensível, o empírico. Assim, a produção de conhecimento científico deveria ocorrer de forma que um sujeito num papel totalmente passivo apenas processasse os estímulos empíricos, o que possibilitaria a produção de uma ciência axiologicamente neutra.

Essa neutralidade tão perseguida pelos cientistas, até mesmo nos dias atuais, possui inspiração lógico-positivista. O projeto defendia que só seria possível um conhecimento objetivo do mundo se qualquer especulação, ou metafísica, fosse completamente eliminada do discurso científico.

Assim, é interessante notar que o positivismo lógico emerge como uma tentativa de construção de uma ciência livre de especulações metafísicas, uma vez que estas se colocavam como um impedimento à construção de um conhecimento objetivo do mundo. Enfatizando, tal conhecimento objetivo, para os lógico-positivistas, consistia simplesmente naquele voltado à análise lógica dos objetos empíricos. (Cavalcante, 2008, p. 12)

A próxima tarefa do programa lógico-positivista foi buscar critérios objetivos para determinar quais proposições possuem significado cognitivo. “Uma solução antecipada tornou-se conhecida como princípio da verificação: uma afirmação tem significado somente se ela for verificável.” (Caldwell, 1982, p. 14)

De acordo com o critério da verificação, cada proposição deveria ser testada individualmente e se o teste empírico a validasse, então ela teria estatuto de conhecimento. Contudo apresentou-se o problema da testabilidade infinita. Para que a proposição seja verificada é preciso testar cada evento individualmente, sendo necessário um número de testes finitos para validar a proposição, porém os

---

<sup>3</sup> Apenas aquelas que podemos conhecer.

eventos são infinitos, inviabilizando a permanência deste critério. Diante dessa inviabilidade, propôs-se um novo critério o qual foi amplamente aceito: o critério de confirmação. Nele, devido à impossibilidade de testar todos os eventos, quanto mais eventos forem testados, se estes continuarem sustentando a proposição, maior será o grau de confirmação desta:

Não podemos verificar a lei, mas podemos testá-las por suas instâncias singulares... Se nas séries contínuas de tais experimentos nenhuma instância negativa for encontrada, mas a quantidade de instâncias positivas aumentar, então nossa confiança na lei crescerá passo a passo. Dessa forma, em vez da verificação, podemos falar aqui de crescimento gradual da confirmação da lei. (Carnap, *Testability and Meaning*, p. 425 apud. Caldwell, 1982, p. 22)

Contornada<sup>4</sup> essa questão, apresenta-se outro empecilho: os termos teóricos. Termos teóricos, basicamente, são proposições que se referem a entidades não-observáveis, o que levou os positivistas a, novamente, terem dificuldade de eliminar a metafísica do discurso científico. A partir de então, passou-se a admitir, mesmo que implicitamente, a impossibilidade de expurgar a metafísica da ciência.

No intuito de sanar a questão, propõe-se um método no qual é utilizada lógica formal através de modelos axiomáticos-dedutivos. O denominado modelo H-D<sup>5</sup> representa a mudança de perspectiva quanto aos critérios utilizados para uma teoria ter estatuto de ciência<sup>6</sup>. Essa mudança se deu na transição dos lógico-positivistas pros lógico-empiristas, dados os problemas que foram se apresentando<sup>7</sup>. Dentro da estrutura desse modelo os termos teóricos são aceitos como hipóteses que só seriam admitidas na ciência se tiverem deduções passíveis de teste empírico.

Apesar do modelo H-D ter sido apresentado como solução para a questão dos termos teóricos, este não foi capaz de garantir que o discurso científico estaria livre de enunciados metafísicos, conforme almejava o projeto original do positivismo lógico. (Cavalcante, 2008, p. 14-15)

Desse modo, os termos teóricos estariam presentes, mesmo que implicitamente, nas teorias e estes seriam aceitos indiretamente na medida em que a teoria fosse validada, colocando assim em evidência o fracasso do modelo hipotético-dedutivo frente às tentativas de expurgar a metafísica da ciência.

---

<sup>4</sup>Utiliza-se aqui a palavra “contornada” porque o problema não foi resolvido, já que a confirmação da proposição não tira seu caráter ontológico, metafísico. Dessa forma a proposição ainda pode ser invalidada.

<sup>5</sup> Modelo hipotético-dedutivo, sendo ele um dos modelos de *covering law*. Outros exemplos são o indutivo-probabilístico (IP) e o nomológico-dedutivo (ND).

<sup>6</sup> Ou seja, para a teoria ser ciência.

<sup>7</sup>A transição para o empirismo lógico se deu diante do problema da testabilidade infinita no critério de verificação e, posteriormente, o problema dos termos teóricos.

### *1.2 – O pensamento popperiano*

Muitas críticas foram feitas ao projeto lógico-positivista, uma delas advém do Karl Popper, o qual discordava do programa do Círculo de Viena desde o princípio. (Caldwell, 1982, p. 37). Mesmo que Popper seja considerado um crítico por, de certa forma, admitir a presença da metafísica na ciência, defendemos aqui que ele continua se guiando por uma perspectiva empirista.

O pensamento popperiano é sustentado em quatro aspectos fundamentais. Um deles é o falibilismo, um critério de cientificidade que propõe a validação científica através da busca pela falsificação da teoria.<sup>8</sup> Outros dois aspectos que dialogam diretamente com esse ponto são o crescimento do conhecimento e o racionalismo crítico. Em Popper o progresso da ciência se daria através de rupturas, sendo a falsificação a representação desse momento e, portanto, o cientista deveria ser sempre crítico de sua teoria, buscando sempre falseá-la.

A importância desse ponto se dá devido à perspectiva de que a verdade deve ser um princípio regulador, ou seja, deve-se sempre buscar a verdade sobre o mundo apesar desta ser incognoscível<sup>9</sup>. Além disso, Popper considera sua teoria anti-indutivista alegando que o problema do confirmacionismo e do modelo H-D é a indução, problema que teria sido solucionado pelo critério de falsificação. Tal problema, já denunciado por Hume, se apresenta no modelo H-D na medida em que proposições são validadas a partir de sua submissão a um grau crescente de testes que a confirmem, contudo, com a busca pela refutação da teoria esse problema se resolveria.

### *1.3 – O relativismo epistemológico*

Outra crítica feita ao projeto lógico-positivista que trataremos aqui veio no sentido de afirmar a impossibilidade de uma ciência sem metafísica. A partir deste momento, passou a ser aceito na filosofia da ciência (mesmo que não tão explicitamente por alguns autores) a impossibilidade de um fazer científico neutro, sem valores.

Enquanto os empiristas lógicos preocupavam-se com a elaboração de modelos e regras de procedimento universais que, segundo acreditavam, caracterizavam adequadamente a prática científica legítima, os pós-positivistas enfatizam o crescimento do conhecimento ao longo do tempo, a dinâmica da mudança no interior das disciplinas individuais e as práticas efetivas dos cientistas. A universalidade é qualificada pela especificidade; verdades imutáveis são ameaçadas pelo reconhecimento de normas de investigação e padrões de pensamento mutáveis; a

---

<sup>8</sup> No critério de verificação, busca-se validar uma teoria através de testes individuais. O intuito é verificar todos os eventos para saber se a teoria é verdadeira. Popper apresenta como alternativa o critério de falsificação, onde não se busca validar a teoria e sim falsificá-la.

<sup>9</sup> Ou seja, mesmo que se consiga atingi-la, não há como saber.

análise lógica é suplementada por e checada pelo estudo da história. (Caldwell, 1982, p. 68)

Essa mudança de foco nos debates de filosofia da ciência - no tocante à consideração do desenvolvimento histórico das teorias somado à admissão da metafísica em sua composição - caracteriza o pensamento dos teóricos do crescimento do conhecimento Thomas Kuhn e Imre Lakatos, além da perspectiva dadaísta<sup>10</sup> de Paul K. Feyerabend.

### *1.3.1 - Os teóricos do crescimento do conhecimento*

O relativismo traz como modificação fundamental com relação ao positivismo a admissão da impossibilidade de retirar a metafísica do discurso científico. Diante disso, tanto Thomas Kuhn como Imre Lakatos afirmam que uma teoria é construída com base na visão de mundo daquele que a constrói.

Em Kuhn interpreta-se o conceito de paradigma como a visão de mundo de uma comunidade científica e a produção de conhecimento sempre se dá de forma que os cientistas se restrinjam à investigação dos problemas que são colocados pelo paradigma. Dessa forma a atividade do cientista consiste numa resolução de quebra-cabeças onde o intuito é solucionar os problemas que são apresentados pelo paradigma.

De acordo com essa formulação, aquele sujeito do positivismo lógico, que apenas processa os estímulos empíricos possuindo um papel totalmente passivo na construção do conhecimento, já não existe mais. A partir de então passa a ser inegável que a atividade científica está sempre guiada por uma pré-significação do sujeito com relação ao objeto. Ou seja, sempre que olhamos para um objeto, olhamos de acordo com as nossas concepções de mundo. Dito de outra forma, toda teoria pressupõe uma ontologia. (Duayer, 2001).

Trataremos aqui de três conceitos centrais na análise kuhniana: ciência normal, ciência extraordinária e paradigma. Definido o conceito de paradigma, podemos tratar de ciência normal, momento no qual a pesquisa científica se guia pelo paradigma vigente, o que promove o crescimento do conhecimento.

É importante ressaltar, a partir do conceito de paradigma, que as descobertas científicas nunca são feitas por um indivíduo específico e, sim, por toda a comunidade científica. Kuhn chega a essa

---

<sup>10</sup> Ou anarquista, no sentido de não haver regras.

conclusão a partir de uma reflexão sobre como se dão as descobertas na ciência. Ele se pergunta se elas são produto da concepção de um indivíduo ou de discussões da comunidade científica.

É por meio dessa conclusão que podemos entender como se dá o crescimento do conhecimento em Kuhn. Os cientistas se guiam e seguem sempre a lógica do paradigma vigente e suas pesquisas e descobertas são sempre baseadas em problemas que o próprio paradigma apresenta.

A ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. Grande parte do sucesso do empreendimento deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto – com custos consideráveis, se necessário. Por exemplo, a ciência normal freqüentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos. (Kuhn, 2003, p. 24)

Tratemos aqui de um exemplo concreto para tornar a análise mais compreensível. Na década de 1930, devido à conjuntura do momento, o paradigma dominante era o keynesiano<sup>11</sup>, mas o cenário político foi mudando e na medida em que isso ocorria, os cientistas começaram a perceber que aquele paradigma não respondia mais as questões daquela época, havendo dificuldades para explicar os fenômenos do mundo. Dessa forma, a partir da década de 1970, como o paradigma keynesiano passou a ser insuficiente, um novo paradigma se apresentou como mais adequado para guiar a atividade científica: o neoliberal<sup>12</sup>. Sendo assim é possível perceber que, em Kuhn, o paradigma vigente vem no sentido de dialogar com a realidade daquele momento. Ainda pensando no exemplo dado, o período em que se dá a transformação do paradigma keynesiano para o neoliberal é exatamente o que é denominado período de ciência extraordinária. Ou seja, antes de se aceitar o paradigma neoliberal como o mais adequado para explicar a realidade daquele momento, houve uma disputa interparadigmática.

Na medida em que o paradigma keynesiano deixa de responder os problemas que surgem, cria-se uma desconfiança quanto à sua capacidade de solução. Tais problemas, denominados anomalias, são o princípio do período de disputa interparadigmática, período no qual visões de mundo diferentes concorrem entre si até que uma delas seja escolhida como a mais adequada para aquele momento da história, tornando-se assim o paradigma dominante. No momento em que isso ocorre, temos novamente um período de ciência normal.

---

<sup>11</sup>Corpo teórico que inspira um modelo de desenvolvimento no qual, através da intervenção do estado, busca-se, além de um crescimento econômico, um estado de bem-estar social.

<sup>12</sup>Modelo de desenvolvimento atual, possuindo inspiração neoclássica. Modelo essencialmente econômico que busca através das relações de mercado desregulamentadas - ou seja, sem qualquer intervenção estatal - o crescimento econômico.



Por conseguinte, agora temos que entender como se dá a escolha desse novo paradigma. A problemática que se apresenta consiste no fato das visões de mundo concorrentes serem incomensuráveis, afinal cada uma trata de um universo diferente. Kuhn argumenta que qualquer comparação entre as visões de mundo levará a uma circularidade no debate, na medida em que cada uma trabalha com os esquemas conceituais internos à sua teoria. (Cavalcante, 2008, p. 33)

Devido à incomensurabilidade dos paradigmas, fica faltando um critério objetivo para determinar como um paradigma é escolhido. Dessa forma, depois de apontar alguns possíveis critérios a serem utilizados<sup>13</sup>, Kuhn argumenta que um novo paradigma nunca surge de ideias bem articuladas ou de questões internas à ciência e, com isso, eles não possuem qualquer base racional. Pelo contrário, a escolha de um novo paradigma se dá através da fé dos cientistas. (Caldwell, 1982, p. 74)

O homem que adota um novo paradigma em um estágio inicial deve fazê-lo sem a evidência propiciada pela sua capacidade de solucionar problemas. Em outras palavras, deve ter fé que o novo paradigma terá sucesso com enormes problemas que o confrontam, sabendo tão somente que o paradigma mais antigo falhou. Uma decisão desse tipo pode apenas ser tomada com base na fé. (Kuhn, 1970, 157-8 apud. Caldwell, 1982, p. 74)

As críticas feitas à proposta metodológica de Kuhn foram numerosas, porém vale ressaltar um argumento fundamental referente à incoerência de sua teoria. Ao longo de sua análise da história da ciência, Kuhn, o tempo todo, utiliza a racionalidade como critério para a produção científica<sup>14</sup>, porém no momento da ciência extraordinária, quando novidades surgem para os cientistas e se tem a oportunidade de definir um paradigma mais adequado aos fenômenos da realidade, Kuhn utiliza de um critério totalmente irracional, além de individual: a fé. A incoerência está no fato de, ao longo da obra, ele valorizar o racionalismo e posteriormente abandoná-lo. Além disso, todos os critérios utilizados ao longo da obra quanto à tomada de decisões são coletivos<sup>15</sup>. Até mesmo na questão de novas descobertas ele explica que elas provêm de discussões da comunidade científica e não dos indivíduos em particular.

Imre Lakatos - considerado um autor inovador no âmbito da filosofia da ciência pela criação dos programas de pesquisa científica - desenvolve sua teoria sob influência do falsificacionismo de Popper, sendo responsável pela sofisticação desse critério de cientificidade. Além disso, seu objetivo é a partir desse falsificacionismo metodológico sofisticado possibilitar a construção de uma

---

<sup>13</sup> “[U]m novo paradigma é preferido se pode resolver as anomalias encontradas pelo antigo, se tem mais precisão quantitativa e pode predizer novos fenômenos, e se possui certas qualidades estéticas ou é defendido por alguns dos mais renomados membros da profissão.” (Kuhn, 1970, p. 153-6 apud. Caldwell, 1982, p. 36)

<sup>14</sup> No período de ciência normal, quando já se tem um paradigma para guiar as pesquisas científicas, os critérios a serem utilizados nesta são sempre racionais.

<sup>15</sup> Como o conceito de paradigma (definido de 22 formas diferentes ao longo do livro), que sempre apresenta a perspectiva coletivista na medida em que se trata da concepção de mundo de toda a comunidade científica.

metodologia racional assim como uma racionalidade na construção do crescimento do conhecimento. (Caldwell, 1982, p. 85-6)

Outro autor que dialoga muito com Lakatos é o Thomas Kuhn. Ambos acreditam que a construção de uma metodologia adequada deve se dar de forma que o foco da análise seja o período histórico e social em que se vive. Sendo assim, para ambos, na medida em que o tempo passa e transformações vão ocorrendo, as pesquisas científicas também devem mudar, porque o mundo muda e o nosso olhar sobre ele também. Tanto em Lakatos quanto em Kuhn, toda a construção científica se dá a partir de algo transempírico: a visão de mundo da comunidade científica. Ou, em termos lakatosianos, o conjunto de princípios básicos da tradição científica.

O método lakatosiano aceita a coexistência de várias teorias nas quais, de acordo com o desenvolvimento histórico da ciência, são adicionadas novas sentenças e hipóteses. Ou ainda são realizadas revisões, onde o campo empírico é expandido e busca-se a resolução dos problemas que surgem durante o processo. Desse modo, o papel do cientista é analisar se as mudanças de teorias que ocorrem ao longo do tempo são progressivas ou degenerativas.

Esse período de acúmulo teórico no qual o campo empírico se expande é avaliado por Lakatos como uma fase onde ocorrem mudanças de problemas que podem ser progressivas ou degenerativas. Uma mudança de problema teoricamente progressiva ocorre quando a teoria sofre uma adição de elementos que revelem fatos inusitados na ciência. Para ser empiricamente progressiva, o acúmulo teórico que ocorreu deve se traduzir em novos fatos os quais corroborem a teoria construída. Conclui-se que a mudança de problema é progressiva se for teoricamente e empiricamente progressiva, sendo degenerativa caso contrário.

A formulação de Lakatos para compreensão do crescimento do conhecimento é construída a partir dos programas de pesquisa científica (PPC). Os elementos que constituem o PPC são o núcleo rígido e o cinturão protetor. Segundo Lakatos, existem duas regras gerais que definem os espaços onde o campo empírico pode se expandir ou não. A primeira regra coloca o núcleo rígido – nele estão contidos pressupostos, hipóteses ou sentenças – numa posição de inacessibilidade. O núcleo rígido é irrefutável, ele consiste naquela metafísica que é impossível eliminar da ciência, como na definição de paradigma de Kuhn. Já a segunda regra oferece espaço para que sejam acrescentadas novas sentenças, um espaço de debate onde o campo empírico pode ser expandido, esse é o cinturão protetor. Por conseguinte, é possível fazer uma ligação entre o cinturão protetor – espaço de debate e aparição de problemas – e as mudanças de problemas que possibilitam a expansão do campo empírico.

Os PPCs podem ser, portanto, progressivos ou degenerativos de acordo com as mudanças que acontecem no interior do cinturão protetor. Caso o PPC seja progressivo, estará ocorrendo um crescimento do conhecimento científico. Resta agora entender como se dá a escolha entre os PPCs. Em Kuhn, a decisão quanto ao paradigma que guiará as pesquisas científicas fica a cargo da fé. Já Lakatos, em busca de uma maior racionalidade, aponta que o critério para escolher o PPC mais adequado é a capacidade que as teorias têm em antecipar fatos novos. Poderíamos então dizer que seu critério de cientificidade é a capacidade preditiva de uma teoria.

O problema desse critério encontra-se em sua circularidade lógica, pois o cientista que constrói sua teoria, o faz com base no núcleo rígido anteriormente mencionado, ou seja, o faz de acordo com sua concepção de mundo sobre o objeto. No momento de verificar a eficácia dessa teoria, o mesmo cientista que a construiu a faz olhando para o mesmo objeto de acordo com sua própria concepção. Evidenciando assim que a visão de mundo do cientista nunca está dissociada de sua análise sobre qualquer objeto. Dito de outro modo, os fatos são teoricamente contidos.

Apesar de reconhecerem a metafísica, ou ontologia, como momento ineliminável das teorias científicas, propondo ainda critérios para delimitação do científico do não-científico, Kuhn e Lakatos não são capazes de apresentar critérios objetivos para a escolha entre visões de mundo concorrentes. Kuhn explica a evolução histórica da ciência através de revoluções, que, dadas suas características, não possuem qualquer racionalidade quanto à escolha de uma determinada visão de mundo, resolvendo-se a adoção de um novo paradigma dominante em termos da fé que a comunidade científica nele deposita. Lakatos, por sua vez, propõe critérios de adequação empírica para escolha entre PPC's que acabam por incorrer numa insolúvel circularidade. (Cavalcante, 2008, p. 40)

### *1.3.2 – O anarquismo metodológico de Feyerabend*

Outro teórico relativista, que também influencia na metodologia dos manuais de economia, é Paul K. Feyerabend, conhecido por adotar uma versão extrema da tese da dependência da teoria<sup>16</sup>, elevando às últimas condições a dependência dos fatos com relação às teorias. Por conta de sua posição extremada, diz-se que ele propõe um anarquismo, ou dadaísmo, metodológico.

Feyerabend rompe com dois dos pilares empiristas: a condição de invariância de significado e a condição de consistência (Caldwell, 1982, p. 79). No primeiro caso aponta exemplos que confirmam que o significado dos termos observacionais e teóricos mudam em cada teoria. No segundo, um dos pressupostos da condição de consistência é que os fatos existem independente das

---

<sup>16</sup>A tese que os teóricos Kuhn e Lakatos também adotam, onde entende-se que o empírico é teoricamente contido.

teorias e como já foi argumentado aqui toda teoria pressupõe uma ontologia (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001, p. 03).

Diferentemente dos teóricos do crescimento do conhecimento, o campo empírico do modelo Feyerabendiano não é expandido, ao invés disso, cria-se uma nova teoria a todo novo fato descoberto.

A condição de consistência, segundo os empiristas, apresenta a ideia de que uma teoria nova só é aceita se ela explica fatos novos, sendo que os fatos são totalmente dissociados da metafísica, representando apenas o domínio do empírico. Já Feyerabend se baseia no teorema de Quine no qual para um mesmo conjunto de fatos são possíveis infinitas teorias para explicá-los, ou seja, cada teórico vai explicar o fato analisado de acordo com suas perspectivas, argumento que fundamenta a ruptura com essa condição. Seguindo essa perspectiva, de acordo com Feyerabend, essa condição de consistência restringe o campo empírico limitando assim o desenvolvimento da ciência.

Essa pluralidade de teorias não deve ser considerada como um estágio preliminar de conhecimento que será trocado, em algum momento no futuro, pela Única Teoria Verdadeira. O pluralismo teórico é considerado um traço essencial de todo conhecimento que vindica ser objetivo (Feyerabend, *How To Be a Good Empiricist – A Plea for Tolerance in Matters Epistemological*, p. 328 apud. Caldwell, 1982, p. 80)

De acordo com perspectiva do Feyerabend, se o significado dos termos muda quando as teorias mudam, é impossível que as teorias dialoguem entre si, pois para haver alguma discordância, deve haver um mínimo de concordância, ao menos no significado do conceito:

De acordo com essa abordagem, se eu afirmar *p* e você afirmar *não-p*, não estamos e não podemos estar em desacordo, porque os termos na minha afirmação são *p-teoricamente carregados* [*p-laden*] e portanto significam uma coisa, ao passo que os termos em *não-p* são *não-p teoricamente carregados* [*não-p-laden*] e portanto significam uma outra coisa. *Não-p*, então, não é a negação de *p*. Em suma, negação é impossível! (Achinstein, 1968, p. 93 apud Caldwell, 1982, p. 81)

Outra conclusão na qual Feyerabend chega, seguindo a lógica de seu pressuposto, é que se o avanço da ciência se dá com o aumento do conteúdo empírico e se o empírico é teoricamente contido, a ciência vai se desenvolver se o número de teorias mutuamente excludentes aumentar.

Desse modo, as críticas feitas por Feyerabend às formulações anteriores vêm no sentido de apontar que qualquer metodologia é limitada, sendo comum a quebra de regras metodológicas para que o avanço científico possa ocorrer. Dessa forma, a ‘metodologia’ que o Feyerabend propõe é a não-metodologia, ou seja, a negação de qualquer regra que indique um possível caminho mais adequado a seguir. Por isso ele é chamado de anarquista.

Entende-se que Kuhn, Lakatos e Feyerabend estão na categoria do relativismo epistemológico por eles entenderem que a escolha da metodologia mais adequada se dá através da história das teorias

científicas. Nesse sentido, eles confundem o ser, o objeto em si - a ontologia - com o conhecimento que pode ser apreendido sobre o ser, a epistemologia. Dessa forma, no método proposto por eles, nem existe uma distinção entre o ser e o conhecimento que pode ser obtido sobre este, limitando a discussão ao âmbito do conhecimento epistemológico.

Esses relativistas são apresentados como críticos do projeto lógico-positivista por romperem de vez com o projeto antimetafísico, propondo uma metodologia que se baseia numa relatividade histórico-social do conhecimento. Entretanto eles continuam tratando a metafísica como um aspecto negativo, apesar de ineliminável, e por isso, permanecem com o foco da análise no empírico.

Argumenta-se aqui que todos – tanto Popper quanto os relativistas - são neopositivistas (ou empírico-realistas) porque eles aceitam um dos principais fundamentos do positivismo lógico: a aceitação de que a metafísica não é positiva para o discurso científico e, conseqüentemente, que o empírico deve ser o objeto de estudo da ciência.

O avanço de Popper e dos relativistas com relação aos positivistas vem com a formulação de Popper sobre a tese da dependência da teoria, sendo esta também aproveitada pelos relativistas. Os relativistas aceitam o empírico como objeto da ciência, porém entendem que cada um vai ter sua percepção do empírico. Dessa forma, eles mudam o foco do debate, levando-o para uma discussão epistemológica e não ontológica, deixando de capturar as legalidades do ser enquanto ser, independente de nossas percepções sobre ele.

## **2. O instrumentalismo metodológico dos manuais de economia**

É necessário, agora, entendermos o que é o instrumentalismo metodológico proposto por Milton Friedman, e de que forma essa metodologia, além de limitada, consiste numa saída previsível com relação ao projeto lógico-positivista. Defenderemos também que essa metodologia prático-operatória<sup>17</sup> é utilizada pela economia *mainstream* em seus manuais.

### *2.1 – O instrumentalismo metodológico e suas limitações*

Milton Friedman, em seu artigo *Metodologia da Economia Positiva*, advoga em prol de uma economia positiva. Para isso ele inicia distinguindo a ciência positiva – “corpo sistematizado de conhecimento relativos ao que é” – da ciência normativa – “corpo sistematizado de conhecimento em que se analisam critérios acerca do que deveria ser.” (Friedman, 1981, p. 01)

---

<sup>17</sup> Uma metodologia totalmente instrumental que, deixa de capturar os fenômenos do mundo como eles são em prol de uma teoria que possua utilidade prática.

A tarefa dessa economia positiva é a de provar um sistema de generalizações passível de ser utilizado para fazer previsões corretas acerca das consequências de qualquer alteração das circunstâncias. (Friedman, 1981, p. 01)

A economia positiva seria independente de qualquer juízo de valor do sujeito cognoscente podendo, assim, vir a ser uma ciência objetiva como as ciências físicas.

Objetividade, nesse sentido, não quer dizer, de modo algum, verdade. A ciência positiva não faz asserções ontológicas, constitui-se apenas em instrumento de captura de regularidades empíricas, presentes no *mundo tal como ele é*, em que o critério da boa teoria baseia-se em sua capacidade de, a partir das regularidades capturadas, produzir previsões acuradas acerca dos eventos da realidade. (Cavalcante, 2008, p. 64)

Essa objetividade, em Friedman, vem no sentido de reduzir o objeto de estudo da economia aos indivíduos, desconsiderando as relações sociais e a complexidade do mundo. Essa perspectiva atomista – caracterizada na afirmação anterior - é justificada na medida em que as simplificações consistem num recurso prático-operatório para alcançar tal objetividade, afinal analisar todas as variáveis existentes poderia só dificultar a previsão, a qual seria o objetivo final. A partir dessas questões, o caráter empiricista dessa metodologia já se apresenta, indicando, não uma ruptura, mas uma continuidade com relação à proposta lógico-positivista.

No artigo, o autor expõe que o principal objetivo de uma ciência positiva é produzir uma teoria capaz de fazer previsões acerca de fatos ainda não observados e tal teoria seria a mistura de dois elementos: a linguagem e um corpo de hipóteses substantivas.

A linguagem cumpre o papel de sistematizar de maneira lógico-formal – ou seja, matematizada - um conjunto de informações que serão arquivadas a fim de serem simplificadas. No âmbito da linguagem são feitas considerações lógicas e factuais. As considerações lógicas – ou seja, a lógica formal utilizada - são necessárias para revelar se as proposições da linguagem estão certas ou erradas. As evidências factuais, isto é, os testes, são necessários para dar base empírica à teoria – ou seja, confirmá-la. É a partir desses testes que se sabe o quão útil a hipótese pode ser na solução de problemas – se a hipótese não for útil, ela pode ser modificada ou retirada do modelo. (Friedman, 1981, p. 03)

Quanto ao corpo de hipóteses substantivas, estas são entendidas como abstrações necessárias para capturar aspectos essenciais da realidade, sendo a teoria julgada pelo seu caráter preditivo. Desse modo, uma hipótese pode ser confirmada, mas não necessariamente ser aceita – ou validada. A confirmação se dá através da instância de testes - as evidências factuais -, entretanto a validação só ocorre se o modelo for capaz de promover previsões sobre fenômenos não observados. Ou seja, só se

aceita a hipótese se esta possuir poder preditivo, apesar de poder ser confirmada através das evidências factuais, os testes.

As similaridades entre a metodologia proposta por Friedman e a estrutura do modelo H-D<sup>18</sup> são inegáveis: parte-se de um corpo de hipóteses simplistas e idealistas e, através de lógica formal, se deduz toda a teoria desse conjunto de hipóteses. O cientista constrói toda sua teoria baseada nas suas hipóteses iniciais e o seu intuito, desde o princípio, é comprová-las.

Ademais, segundo Friedman, para um número finito de eventos podem existir infinitas hipóteses, desse modo, aceita-se o teorema de Quine já mencionado na primeira seção onde são possíveis ‘n’ teorias para explicar o mesmo conjunto de fatos. Tal asserção é a mesma aceita pelos relativistas, o que indica não só semelhanças com a proposta positivista, mas também influências relativistas na metodologia proposta por Friedman.

A contradição de tal metodologia fica mais explícita quando se afirma que a escolha das hipóteses é, até certo ponto, arbitrária, ou seja, a subjetividade do cientista interfere na escolha da ‘melhor teoria’:

A escolha de uma das hipóteses possíveis – todas igualmente compatíveis com a evidência disponível – há de ser, até certo ponto, arbitrária, embora se reconheça, em geral, que entre as considerações relevantes a ter em conta estejam os critérios de “simplicidade” e de “fecundidade” – noções que, todavia, desafiam caracterização completamente objetiva. Diz-se que uma teoria é tanto mais “simples” quanto menor o número de conhecimentos iniciais que requer para permitir previsões, num dado campo de fenômenos; diz-se que é mais “fecunda” se as previsões resultantes são mais precisas, se a área em que a teoria permite as previsões é mais ampla e se o número de linhas de investigação sugeridas é maior. (Friedman, 1981, p. 04)

Durante toda a obra é apontada a importância de eliminar o caráter normativo da teoria, sendo esta a condição necessária para uma economia objetiva e positiva. A contradição desta metodologia se explicita quando ele argumenta que, em última instância, a decisão da melhor teoria fica a cargo do cientista, seja de forma explícita, seja através desses critérios nada objetivos – simplicidade e fecundidade. Ele chega a argumentar que quanto mais falsas forem as hipóteses, melhor será:

Na medida em que se possa dizer existirem “pressupostos” de uma teoria e na medida em que seu “realismo” seja passível de julgamento, independentemente da validade de previsões, a relação entre a importância de uma teoria e o “realismo” de seus “pressupostos” é praticamente o oposto do que sugere a concepção sob crítica. Hipóteses verdadeiramente importantes têm “pressupostos” que não passam de extravagantes e não-accuradas representações descritivas da realidade. Via de regra, quanto mais significativa uma teoria, tanto mais não-realistas (neste sentido) os seus pressupostos. A razão é simples. Uma hipótese é importante quando “explica” muito com base em pouco, ou seja, quando está em condições de delimitar, por abstração, partindo da massa de circunstâncias complexas e pormenorizadas que cercam o fenômeno a explicar, uma classe de elementos comuns e fundamentais, formulando previsões válidas cujo alicerce é, justamente, apenas essa classe de elementos

---

<sup>18</sup> Modelo apresentado na primeira seção.

cruciais. Conseqüentemente, para que seja importante, uma hipótese deve ser descritivamente falsa em seus pressupostos. Ignora e deixa de explicar várias circunstâncias presentes, cuja irrelevância para o fenômeno em tela decorre do próprio êxito da teoria. (Friedman, 1981, p. 06)

Em Friedman, essas hipóteses substantivas são constituídas por pressupostos irrealistas, pois estes são abstrações de elementos da realidade, ou seja, não é possível capturar o mundo tal como ele é, sendo necessário fazer abstrações para encontrar representações simplificadas dos elementos da realidade. Ainda assim ele afirma que o processo de formulação de hipóteses “é um ato criativo, de inspiração, intuição, invenção [...]. O processo deve ser discutido em termos psicológicos, não lógicos” (Friedman, 1981, p. 200). Se a subjetividade do cientista é o fator predominante para a criação de uma hipótese, é inegável que tais hipóteses são criadas com base no que o cientista capta da realidade, com base em sua experiência sensível diante do mundo, não sendo possível avaliar objetivamente as teorias.

Admitindo-se que é impossível apreender a verdade acerca do mundo, que os pressupostos elaborados na ciência são anti-realistas e que as hipóteses, em último caso, são criadas a partir do que o cientista capta da realidade, entende-se que as teorias científicas são formuladas apenas com intuito de serem instrumentos de manipulação das regularidades empíricas presentes no mundo.

O objetivo, então, consiste em produzir modelos teóricos, tipos ideias, sem a intenção de que estes sejam descritivos ou expliquem a natureza e os mecanismos generativos do objeto, pois, segundo Friedman, teorias produzidas desta maneira teriam pouca aplicabilidade ou utilidade na ciência. Desta forma, ele coloca a capacidade explicativa da teoria como algo marginal ou inexistente, negando, assim, o momento ontológico da construção da teoria.

## *2.2 - A influência empírico-realista nos manuais de economia*

Thomas Kuhn – já mencionado na primeira seção – disserta sobre o papel dos manuais na ciência apontando, entre outras coisas, que a função deste é fazer uma coletânea de teorias que estabelecem a representação do paradigma vigente naquele período. Entretanto, considerando a completude e complexidade do mundo, esse paradigma é apenas uma perspectiva da comunidade científica daquele período histórico e que, por sua própria lógica interna, prioriza algumas teorias e marginaliza outras. Sendo assim o conteúdo dos manuais se traduz em contribuições consideradas relevantes com base no paradigma vigente. Os manuais, portanto, não vão abordar o processo histórico que se deu até aquele momento, não expandindo o leque para perspectivas que fogem aos pressupostos daquele paradigma. Nesse sentido, o próprio meio de passar a informação a frente no período de ciência normal é totalmente limitado na medida em que o estudante só tem acesso àquela perspectiva dominante e que aquilo é colocado de forma prática, simplificada e não explanatória – ou



descritiva - para facilitar a apreensão (ou absorção) da perspectiva que a comunidade científica acredita ser a adequada.

Nesse sentido, os manuais não têm o objetivo de apresentar todos os desenvolvimentos históricos de uma determinada ciência, são apenas artifícios pedagógicos que visam “familiarizar rapidamente o estudante com o que a comunidade científica contemporânea julga conhecer” (Kuhn, 2003, p. 178). Ou seja, manuais consistem em coletâneas de teorias que definem um período de ciência normal. Essas teorias não apenas veiculam uma visão de mundo, mas também são construídas e avaliadas com base em alguma concepção metodológica. Mais especificamente, os manuais de economia não apenas familiarizam o economista com as descobertas consideradas mais relevantes, mas também ensinam um modo de fazer ciência, um método científico, cujas raízes encontram-se, precisamente, em alguns dos já aludidos desenvolvimentos em filosofia da ciência. (Cavalcante, 2008, p. 74-75)

Nesse modo de fazer ciência, as bases filosóficas do paradigma nunca são questionadas, havendo poucas discussões sobre metodologia científica, o que tem como desdobramento a contínua reprodução de um método instrumental, sem qualquer reflexão sobre ele. Defende-se neste trabalho que tal método dedutivista e instrumental é reproduzido nos manuais de economia, sendo um desfecho previsível com relação ao projeto lógico-positivista e seus desdobramentos, pois diante da impossibilidade de um fazer científico neutro, passa-se a fazê-lo a serviço dos valores dominantes – ou do paradigma vigente.

Procura-se demonstrar as semelhanças entre o método dos manuais e o método do modelo hipotético-dedutivo, indicando também sua relação com o instrumentalismo de Friedman, a começar pela estrutura teórica: sua composição parte de um corpo de hipóteses fundamentais e axiomas e, através de inferências dedutivas ou indutivas, busca-se validar o modelo. Por conseguinte, essa validação se dá através da submissão da teoria ao teste empírico, sendo que os elementos que compõem a estrutura interna desse modelo são validados indiretamente. Ou seja, se o empírico confirmar aquela teoria, as hipóteses e linguagem presentes ali também serão validadas indiretamente.

Ao explicar como as teorias científicas são constituídas, Friedman se vê sem saída, pois as teorias são baseadas em pressupostos irrealistas, os quais são constituídos através de manipulações feitas pelos cientistas visando capturar algum aspecto do mundo. Para construir tais pressupostos são utilizados métodos de inferência, baseados no empírico (dedutivismo e/ou indutivismo), e a partir disso são feitas abstrações que simplificam as relações presentes no mundo.

Essas manipulações são decorrência de admitir-se que é impossível obter um conhecimento completo e absoluto sobre o mundo, pois este é infinitamente complexo. Partindo desta lógica, pouco importa a veracidade dos pressupostos, tendo em vista que estes são criados na intenção de produzir modelos teóricos eficientes os quais delimitam o campo de investigação da ciência. Tais modelos

teóricos são tipos ideais<sup>19</sup>, sendo tratados como a única maneira de apreender teoricamente a realidade.

O instrumentalismo, na opinião de seus patronos na Economia, Friedman e Machlup, já o sabemos por Lisboa, resulta de um “profundo ceticismo sobre a possibilidade de compreensão do funcionamento da realidade econômica” (Lisboa, 1998: 118). Como o real é inapreensível pela consciência em sua totalidade, complexidade e infinitude, todo conhecimento, por definição, é “uma construção idealizada do real” (ibid.). (Duayer; Medeiros; Paineira, 2001; p. 06)

A construção de tipos ideais é feita através de métodos dedutivistas, os quais buscam explicar a ciência através de critérios essencialmente empíricos de validação. O dedutivismo é um tipo de modelo que busca explicações científicas através da identificação de conjunções constantes de eventos para que, assim, possa se estabelecer previsões de eventos futuros. Tal método pressupõe um sistema fechado, no qual tudo já está determinado, pois em sua construção são estabelecidas condições iniciais e definidos limites para a construção da teoria. Diante dessas questões, o idealismo dessa metodologia se explicita e se confirma nos pressupostos da microeconomia.

No instrumentalismo metodológico, a ciência não tem pretensão de descrever algo, mas de isolar traços que, de acordo com a concepção dos cientistas, são relevantes para resolver um problema em particular. Nos manuais de economia não é diferente: sistematiza-se e naturaliza-se o senso comum, reduzindo a importância do estudo ontológico, tendo em vista que o interesse destes é apenas reunir modelos com adequação empírica, deixando, assim, de construir o conhecimento de forma crítica.

Esclarecidas tais questões, é possível afirmar que os fundamentos metodológicos das teorias dedutivistas são fornecidos pelo instrumentalismo e tais teorias compõem os manuais de economia já mencionados.

Teorias dedutivistas partem da idéia de que a realidade social é povoada por eventos econômicos e a tarefa da Economia é capturar uma regularidade desses eventos no interior de modelos teóricos. Para que essa tarefa seja realizada, faz-se uso de abstrações que se cristalizam nas hipóteses fundamentais do modelo. No escopo do modelo H-D, interpretado sob a ótica instrumental, essas abstrações possuem um caráter simplificador de relações reais presentes no mundo, capturadas por intermédio de um método dedutivo e/ou indutivo. (Cavalcante, 2008, p. 76)

Na economia é comum a utilização de métodos os quais fazem generalizações a partir do empírico, sendo estes a indução e dedução. O primeiro parte de observações de casos particulares e os generaliza, enquanto na dedução faz-se o caminho contrário. Enquanto o método dedutivo constrói tipos ideais, o método indutivo busca comprovar tal teoria através de testes empíricos, ou seja, no dedutivismo a teoria afirma que determinado fato existe e no indutivismo busca-se confirmar a teoria através dos fatos já afirmados.

---

<sup>19</sup>Conceito weberiano que indica uma construção idealizada de algo que não existe no mundo.

Nos manuais de microeconomia, por exemplo, faz-se deduções a partir dos axiomas iniciais, enquanto nos manuais de econometria é apresentada a necessidade de utilizar o método indutivo para fazer testes empíricos baseados nas teorias anteriormente formuladas. Apresentadas essas questões, é possível afirmar que, apesar de cada um ter sua finalidade, um método complementa o outro.

Na intenção de facilitar a compreensão do mundo, a ciência econômica ortodoxa utiliza métodos instrumentalistas visando construir modelos abstratos e simplificadores da realidade, baseados em pressupostos irrealistas os quais não passam de tipos ideais, tais como o homem racional maximizador de utilidade e a concorrência perfeita.

### 3. Em defesa de uma ontologia adequada

Apresentadas as limitações empírico-realistas do método utilizado nos manuais de economia, pretende-se, agora, defender um método de fazer ciência que ultrapasse o domínio das experiências e sensações, buscando compreender os mecanismos e forças causais que permitem com que acessemos o domínio do empírico. Tal método se diferencia dos anteriormente apresentados por entender que a metafísica – ou ontologia – é, na verdade, o objeto da ciência. Por fim, ainda pretende-se defender que, independente da nossa concepção sobre o mundo, ele existe por si só e se a ciência assumir como sua função a busca pela ontologia do objeto, um conhecimento objetivo acerca do mundo é possível.

Como devem ser explicados e resolvidos os problemas e fracassos da teoria econômica moderna? A resposta aqui desenvolvida é que estes problemas: (1) resultam, em última análise, do fato de que os economistas de modo geral baseiam-se, de maneira bastante acrítica, em uma questionável concepção de ciência e explicação; e (2) podem ser resolvidos pela substituição desta concepção por uma mais adequada, derivada da adoção de uma orientação explicitamente *realista*. (Lawson, 1997, p. 14)

Tony Lawson, no livro *Economia e Realidade*, questiona a concepção de realidade pressuposta pelo denominado realismo empírico, concepção que também se vê nos manuais de economia. Tal corrente entende que conhecimento científico é aquele conhecimento fundado no empírico, o que justifica a busca por afastar os elementos transempíricos – ou ontológicos – do discurso científico (Duayer, Medeiros; Painsiera, 2001). O autor também propõe uma metodologia para as ciências econômicas baseada no realismo transcendental de Roy Bhaskar<sup>20</sup>. A seguir, apontaremos o caminho proposto por Lawson e Bhaskar não só para as ciências econômicas, mas para uma transformação da concepção científica vigente.

---

<sup>20</sup> Filósofo que escreveu *Possibilities of Naturalism, A Realist Theory of Science*, entre outras obras. Fundador da concepção científica a ser tratada nessa seção, o realismo crítico – ou transcendental.

O método empírico-realista busca explicar os fenômenos do mundo através da observação de padrões/regularidades/conjunções constantes de eventos. Autores como Tony Lawson e Roy Bhaskar argumentam que tais regularidades inexistem no mundo, sendo estas criadas<sup>21</sup> com intuito totalmente prático-operatório. Ou seja, analisando o mundo por sua completude e complexidade, entende-se que são raras as ocorrências de eventos padronizados. Dito de outra forma, o sistema fechado pressuposto pelo dedutivismo, presente no empírico-realismo, só existe no mundo das ideias.

É claro, de fato, que se a teoria da explicação e da ciência em questão consiste em identificar ou postular regularidades da forma “sempre que evento x então evento y” – vamos chamar de *fechados* os sistemas nos quais emergem tal conjunção constante de eventos –, então a condição prévia da universalidade, ou larga aplicabilidade, do dedutivismo é simplesmente que a realidade seja caracterizada por uma ubiqüidade de tais fechamentos. (Lawson, 1997, p. 18)

Em contrapartida, a metodologia aqui proposta se diferencia ao afirmar que os objetos últimos de investigação científica existem, em sua maioria, independentes de nossa investigação ou até mesmo de nosso conhecimento sobre ele (Lawson, 1997, p. 14).

No realismo crítico, ou transcendental, investiga-se os mecanismos generativos que explicam um determinado conjunto de eventos sendo que é através destes eventos que nós conhecemos - ou acessamos - o mundo. Entretanto nem todos os eventos se manifestam no empírico, sendo o domínio da ciência, o domínio do empírico, posto que a ciência trata do âmbito das experiências. Ou seja, o empírico aqui é visto como um instrumento necessário, mas não um elemento central. Pelo contrário, aqui a ontologia possui papel central na medida em que a explicação do funcionamento dos fenômenos do mundo é o objeto da ciência.

Lawson explica que, no realismo crítico - diferente da perspectiva simplista do realismo empírico - existem diferentes níveis de realidade e estes são dessincronizados. De forma sistemática, tem-se o domínio do empírico, responsável pelas experiências e impressões; o domínio do efetivo, onde, além do empírico, tem-se os eventos efetivos e estados de coisas; e o domínio do real, onde estão as estruturas, poderes, mecanismos e tendências, além dos dois domínios anteriores - eventos efetivos e experiências.

Não só a folha de outono cai no chão e não só nós experimentamos sua queda mas, de acordo com a perspectiva em questão, há estruturas e mecanismos reais subjacentes governando tal movimento, tal como a gravidade (ou espaço curvado). Do mesmo modo, o mundo é composto não só de “fenômenos superficiais” como manchas de pele, filhotes tornando-se cães adultos e crescimento relativamente baixo da produtividade na Inglaterra, mas também de estruturas ou mecanismos subjacentes que os governam, tais como os envolvidos no funcionamento, respectivamente, dos vírus, dos códigos genéticos e do sistema inglês de relações industriais. (Lawson, 1997, p. 21-22)

---

<sup>21</sup>Como um experimento físico em um laboratório onde se isolam outras variáveis para analisar apenas o efeito da variável que se quer estudar.

Sob essa perspectiva, o objetivo da ciência seria, exatamente, explicar essas estruturas, mecanismos, tendências e forças. Sendo assim, a concepção de ciência do realismo transcendental consiste na identificação dos mecanismos generativos, os quais são responsáveis por governar ou facultar o curso dos eventos, e é através das estruturas, mecanismos, tendências e forças que os fenômenos do mundo são explicados. Dessa forma, fazer ciência consiste na produção de conhecimento sobre objetos (inclusive as leis causais) os quais existem independentemente do nosso conhecimento sobre eles.

Desse modo, é a intransitividade<sup>22</sup> do mundo que permite um conhecimento objetivo sobre ele. Para entender melhor essa relação, algumas observações se fazem necessárias: os empiristas não conseguem explicar o mundo como produto humano, mas como epifenômeno<sup>23</sup> da natureza, se limitando à dimensão intransitiva, ou seja, àquilo que não depende do nosso conhecimento para existir; por outro lado, o idealismo transcendental<sup>24</sup> só consegue explicar o conhecimento a partir de coisas que são produto humano. Nessa categoria, os objetos também são construtos artificiais, ou seja, são criados na mente do sujeito, inexistindo independente de nós. Sendo assim, eles se restringem à dimensão transitiva, se limitando ao conhecimento epistemológico<sup>25</sup>; o realismo transcendental, concepção aqui proposta, seria capaz de solucionar o paradoxo entre a posição transitiva e intransitiva do conhecimento oferecendo uma formulação que combinaria coerentemente essas duas dimensões<sup>26</sup>. No empirismo o objeto do conhecimento são os eventos, enquanto, no idealismo transcendental, são os construtos ideais, já o realismo transcendental entende que tal objeto são as estruturas reais que operam independentemente do nosso conhecimento. De acordo com essa concepção científica, os dois caminhos estão equivocados na medida em que, ou não consideram o mundo por sua essência e completude, ou confundem o que o mundo é – conhecimento ontológico – com o nosso conhecimento sobre ele – conhecimento epistemológico.

Historicamente, podem ser distinguidas três posições principais na filosofia da ciência. De acordo com a primeira, o *empirismo clássico*, representada por Hume e seus seguidores, os objetos de conhecimento definitivos são os eventos atomísticos. (...) A segunda posição recebeu sua clássica, porém estática, formulação no

---

<sup>22</sup>Entende-se como objeto intransitivo aquele que existe independente de nossa investigação ou conhecimento sobre ele.

<sup>23</sup>Um fenômeno superficial, não necessário para a natureza.

<sup>24</sup>Segundo essa concepção filosófica, o mundo natural seria um construto da mente humana ou, em sua versão moderna, da comunidade científica. (Bhaskar, 1977, p. 14)

<sup>25</sup>Como o idealista transcendental não vê a independência do mundo com relação aos sujeitos, a produção de conhecimento desses teóricos é epistemológica na medida em que não se diferencia o ser em si do mundo das concepções/significações que podemos ter sobre ele. Relacionando com o método das ciências econômicas, Lawson aponta que “é evidente que a razão fundamental para a desordem generalizada na ciência econômica contemporânea é precisamente uma completa negligência em relação à investigação ontológica. Esta própria negligência é sustentada pela *falácia epistêmica*, pela suposição de que proposições sobre o ser podem sempre ser reescritas como proposições sobre o conhecimento (do ser), que a ontologia pode ser reduzida à epistemologia.” (Lawson, 1997, p. 61)

<sup>26</sup>A resolução desse paradoxo já teria sido apontada por Bhaskar em *Uma teoria realista de ciência* num momento anterior ao afirmar que “Qualquer filosofia da ciência adequada tem de ser capaz de sustentar e reconciliar ambos os aspectos da ciência, ou seja, de mostrar como a ciência, que é um processo transitivo, dependente de conhecimento prévio e da atividade eficaz dos homens, tem objetos intransitivos que não dependem de nenhum dos dois.” (Bhaskar, 1977, p. 14)

*idealismo transcendental* de Kant, mas é passível de variações atualizadoras e dinamizadoras. De acordo com ela, os objetos de conhecimento científico são modelos, ideais da ordem natural etc. Tais objetos são construtos artificiais e, conquanto possam ser independentes dos homens em particular, não são independentes dos homens ou da ação humana em geral. (...) A terceira posição, que é defendida aqui, pode ser caracterizada como *realismo transcendental*. Considera como objetos do conhecimento as estruturas e mecanismos que geram fenômenos; e o conhecimento como um produto da atividade social da ciência. Esses objetos nem são fenômenos (empirismo), nem construtos humanos impostos aos fenômenos (idealismo), mas estruturas reais que operam e perduram independentemente de nosso conhecimento, de nossa experiência e das condições que nos permitem acesso a elas. (Bhaskar, 1977, p. 14-15)

Bhaskar argumenta que, se a ciência tiver como objetivo um conhecimento sobre o ser em si do mundo – a realidade tal como ela é -, é necessário levar em consideração as estruturas reais que existem no mundo independentemente do nosso conhecimento sobre elas. Só dessa forma é possível entender as relações complexas da realidade concreta para, assim, produzir conhecimento objetivo.

Diante dos problemas que foram apresentados com relação à economia ortodoxa e a metodologia instrumentalista dos manuais de economia, defendemos aqui uma concepção científica alternativa – que é adequada tanto para as ciências naturais como para as sociais -, uma metodologia que não limita a ciência ao âmbito da epistemologia e que, por buscar a ontologia do objeto, possibilita o conhecimento objetivo.

### **Considerações finais**

Procuramos defender, neste trabalho, o caráter prático-operatório da metodologia dos manuais de economia, na medida em que esta se utiliza de métodos simplificadores, empiricistas e padronizadores. Apontamos também tendências e influências do programa do Círculo de Viena que se mantém até os dias atuais, tendo em vista a atenção que se dá ao domínio do empírico não só por parte das ciências econômicas. A concepção hegemônica reproduz uma lógica onde esse caráter prático-instrumental, além de se fazer necessário, é visto como a única forma de produzir conhecimento objetivo sobre o mundo, o que inviabiliza qualquer projeto que se proponha a conhecer os fenômenos do mundo como eles são.

Apontamos que a concepção pressuposta pelos manuais de economia carece de profundidade, apresentando as mesmas limitações que as concepções de ciência que emergiram e se fortaleceram no século XX. Diante dessa problemática, foi proposta uma forma alternativa de fazer ciência a qual busca entender a realidade por suas propriedades, tendo como objetivo não só apreender os nexos e relações causais presente no mundo, mas de que forma podemos conhecê-los.

É importante ressaltar que o realismo transcendental – metodologia proposta – abrange mais do que foi apresentado, sendo esta seção 3 apenas uma introdução do tema. Não tratamos aqui da obra *Possibilities of Naturalism* do Roy Bhaskar, onde é abordado especificamente o caso das ciências

da sociedade, apresentando suas peculiaridades. Por meio desta obra, acreditamos ser possível defender uma ontologia adequada para os manuais de economia, de forma que o que foi tratado aqui possui caráter introdutório e mais abrangente, valendo tanto para as ciências naturais quanto para as sociais.

### **Referências Bibliográficas**

BHASKAR, Roy. *A Realist Theory of Science*. London: Verso, 1977.

CALDWELL, Bruce. *Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century*. Londres: George Allen & Unwin, 1982. 277 p.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. *Ciência e filosofia: uma discussão acerca da possibilidade do conhecimento objetivo*. 2008. 118p. (Monografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Orientador: Mário Duayer.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n.4, p. 723-783, out.-dez., 2001.

FRIEDMAN, Milton. A Metodologia da Economia Positiva. *Edições Multiplic*, v.1, n.3, p. 163-200, fev., 1981.

KUHN, Thomas Samuel. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003. 257 p.

LAWSON, Tony. *Economics and Reality*. London: Routledge, 1997. 364p.